

O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise¹

The work of journalists and their contradictions: an ontological of crisis

RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA ^a

Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, Vitória – ES, Brasil

RESUMO

O artigo investiga as tendências que orientam a prática jornalística hoje, buscando compreender as mutações no mundo do trabalho do jornalista. Ao explorar a esfera da produção noticiosa, torna-se possível cartografar as contradições no interior do jornalismo, ressaltando como as dimensões singulares, particulares e universais interagem na moldura objetiva da crise que afeta o campo. Como muitas outras profissões, alteradas historicamente e muitas vezes extintas por novas forças produtivas, o jornalismo tem se tornado uma prática fragmentada e instável, sendo que o empreendedorismo neoliberal afeta tanto a subjetividade do repórter e de seus projetos profissionais quanto o papel da informação jornalística na sociabilidade hegemônica contemporânea.

Palavras-chave: Teoria do Jornalismo, crise, trabalho

ABSTRACT

This article investigates tendencies that currently guide the practice of journalism, for the sake of understanding mutations in the realm of journalistic work. By exploring the news production sphere, it becomes possible to map contradictions within journalism, emphasizing the way singular, particular, and universal dimensions interact in the objective framework of the crisis affecting the field. Such as many other professions, historically altered and often extinguished by new productive forces, journalism became a fragmented and unstable practice. The neo-liberal entrepreneurship affects both the journalists' subjectivity and professional projects as the role of news information in contemporary hegemonic sociability.

Keywords: Theory of Journalism, crisis, work

¹ Uma versão deste texto foi apresentada no Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXVI Encontro Anual da Compós, realizado na Faculdade Cásper Líbero, São Paulo – SP, de 6 a 9 de junho de 2017.

^a Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0165-2927>. E-mail: rafaelbellan@yahoo.com.br

ONTOLOGIA DO JORNALISMO

HÁ UM PROFUNDO mal-estar no campo do jornalismo global. Mudanças estruturais afetam a categoria profissional e também a forma de capitalizar a venda de notícias, prática comercial até então tida como relativamente estável. A palavra crise é constantemente recitada, ora para descrever a insegurança frente a um novo momento histórico da práxis noticiosa (Ramonet, 2012; Serrano, 2013; Salaverría, 2015) ora para apresentar possibilidades novas que ampliariam o leito do jornalismo em formas variadas (Deuze; Witschge, 2015). Outros decretam a total redefinição dessa prática, em que tanto os modelos quanto as tarefas de apuração e produção precisam se adequar às novas regras moleculares do jogo comunicacional na era digital, o que poderia dinamizar a produção noticiosa (Anderson; Bell; Shirky, 2013). As inovações tecnológicas, na maior parte das vezes, são descritas como molas propulsoras desse processo de indefinição, sendo que a dimensão social e econômica delas são pouco exploradas.

Coloca-se como imprescindível nesse panorama a recuperação de vertentes críticas capazes de compreender os processos sociais aos quais essa crise se conecta, visto que o objetivo de se perceber o movimento da realidade concreta, bem como as motivações dos sujeitos, torna possível abordar os fenômenos sem o risco de cimentá-los em tipologias abstratas. A aceitação da dialética existente entre fenômeno e essência (Kosik, 2002; Lukács, 2013) permite fugirmos, via crítica ontológica, de sínteses equivocadas, nos direcionando a um entendimento da crise no escopo das relações sociais e disputas entre as classes. Pensar a crise via materialismo histórico, nesse sentido, significa identificar as contradições internas que são responsáveis por ela, ou seja, quais tensões antagônicas fazem parte de uma mesma dinâmica e como essas conflitualidades impõem um nível de disrupção cumulativa capaz de criar momentos de mudança.

Williams (1979) inaugura um modo de investigar a cultura e a comunicação enquanto esfera produtora de valores e ideias, constituídas e constitutivas da sociedade, demonstrando o papel da produção de informações nas relações entre homens reais. O *chão de fábrica* do jornalismo influencia, portanto, a disseminação de notícias, dado que a objetivação comunicacional de informações passa por elaborações desenvolvidas em atividades laborais. Charaudeau (2015), no desenho de sua maquinaria de informação, reserva um espaço especial ao eixo produtivo, alicerçando a problemática discursiva também em uma circulação encabeçada por agentes sociais. O lócus da produção jornalística, o mundo do trabalho desses comunicadores, torna-se o epicentro das contradições que engendram a crise atual e, analisando ontologicamente, permite-nos esmiuçar a objetivação dessa práxis. É no trabalho do jornalista e em suas contradições

que podemos nos defrontar com “o que sobra de vivo nessa maquinaria toda” (Marcondes Filho, 2009: 133).

Uma ontologia do jornalismo deve atentar-se, assim, na dinâmica entre a objetividade e subjetividade, em que a composição do objeto de investigação científica passa pela busca de sua constituição interna: a atividade humana. “O jornalismo é, portanto, uma práxis que tem uma fundamentação objetiva e subjetiva tanto em relação ao conteúdo com o qual trabalha [...] como pela forma de apreensão e transformação desse conteúdo” (Pontes, 2015: 363). Almeja-se, nessa linha de estudo sobre o jornalismo, reconstituir as relações existentes entre o mundo do trabalho do jornalista, a produção noticiosa, a crise do sociometabolismo² do capital e as relações de poder que visam governar as subjetividades na direção da manutenção da ordem exploratória.

Mosco (1999) demonstra a importância da lente do trabalho para compreendermos o circuito econômico, colocando o jornalismo como um objeto que merece a atenção do debate sobre a produção de bens culturais. “A economia política caracteriza-se, igualmente, por um interesse em estudar o todo social ou a totalidade das relações sociais que formam os campos econômico, político, social e cultural” (Ibid.: 99). O débito para com o materialismo histórico da Economia Política da Comunicação (EPC) nos permite categorizar o mundo do jornalista como uma particularidade do complexo social e, mais do que isso, coloca a crítica ontológica marxiana como suporte teórico indispensável para se pensar o jornalismo na atualidade. Nesse contexto, o binômio comunicação e trabalho também surge como uma alternativa fecunda de leitura sobre os problemas do jornalismo (Figaro, 2013).

A atenção com a totalidade, longe de ser um projeto somente conectado à tradição marxista, inspira estudos como os de Shoemaker e Vos (2011), em que os níveis de influência sobre a significação jornalística perpassam as atitudes individuais dos jornalistas, suas rotinas e práticas de trabalho, a organização ao qual pertencem, o nível socioinstitucional de influências (grupos, governos, propaganda) e o próprio sistema social e suas variáveis culturais e ideológicas. Percebe-se, no entanto, que mesmo em leituras recentes sobre a atividade jornalística baseadas nessa sistematização em camadas, como visto em Deuze e Witschge (2016), a totalidade perde um elemento caro à dialética: a contradição. O sistema político e econômico que estrutura a vida material desaparece em uma totalidade fragmentada, fazendo que o jornalismo perca sua essência enquanto polo constituidor/constituente da universalidade social concreta.

Neste artigo, busca-se explorar as tendências que orientam a prática jornalística hoje, direcionando esforços para compreender as mudanças no mundo do trabalho do jornalista. Ao explorar a produção noticiosa, torna-se possível

² Para Mészáros (2002), o sistema do capital estrutura o funcionamento da sociedade de forma orgânica, controlando seu metabolismo, ou seja, organizando o funcionamento interno de sua dinâmica social.

evidenciar as contradições no interior do jornalismo, ressaltando como os níveis do sistema social, as organizações, as rotinas e os indivíduos interagem na moldura objetiva da crise, que se expressa em dimensões singulares, particulares e universais (Genro Filho, 2012). Antes, não obstante, descrevemos como o jornalismo enquanto produto da modernidade é chacoalhado quando seus alicerces passam por turbulências sociais. Percebe-se, enfim, que “essas forças são contraditórias, crivadas de surpresas, reviravoltas e encontram-se, em graus variados e em níveis variados de intensidade e força, resistência e contraforças”³ (Wayne, 2003: 3).

³ No original: “these forces are contradictory, riddled with surprise twists and turns and meet, to varying degrees and at varying levels of intensity and strength, resistance and counter-forces”. Esta e demais traduções do autor.

O JORNALISMO E A SOCIEDADE MODERNA EM CRISE

Difícil separar o jornalismo dos eventos que compuseram a chamada sociedade moderna. Mesmo considerando suas formas de expressão enquanto folhas manuscritas no século XIII – voltadas a atender às necessidades econômicas mercantis mais imediatas em países como Alemanha e Itália e, não ignorando, no início do século XVII (Moretzsohn, 2007), as primeiras formas de jornais periódicos já a circularem (Thompson, 1998) –, é inegável que o modelo de jornalismo que conhecemos, ligado à noção de imprensa, é produto das mudanças sociais e históricas que florescem no século XIX.

O desenvolvimento do jornalismo e de sua base material, a imprensa, atrela-se à história do desenvolvimento da sociedade capitalista. “O controle dos meios de difusão de ideias e de informações [...] é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações” (Sodré, 1999: 1). A consolidação da empresa jornalística foi a responsável pela amplitude do fenômeno jornalístico bem como pela profissionalização do trabalhador da notícia. A concentração em grandes oligopólios e o controle financeiro por parte dos anunciantes cimentou a imprensa como um importante ator na circulação dos produtos industriais, sendo um braço do capital em sua realização. Conectados ao valor de uso das notícias, via anúncios, diversos outros produtos são mercantilizados, tornando a produção jornalística parte da circulação do capital.

A comercialização da mercadoria notícia e a expansão de novos meios de comunicação de massa podem ser apontadas como incubadoras dessa prática social. Tanto o projeto iluminista de expansão do conhecimento universal, passando pelas transformações políticas resultantes da Revolução Francesa, quanto a maturação do modelo capitalista de produção econômica, promovido pela revolução industrial, são aspectos centrais da ascensão da sociedade moderna ocidental ao qual o jornalismo está imbricado. “O jornalismo transformou-se num negócio com um número crescente de proprietários que começaram a

publicar jornais com o intuito de ter lucros e o objetivo central seria a expansão da circulação” (Traquina, 2005: 36). Além de circular a própria mercadoria jornal, o produto noticioso também dissemina outras mercadorias, principalmente via anúncios e modelos de comportamentos atrelados ao consumo.

A divisão proposta por Marcondes Filho (2009) é elucidativa a respeito da transição do jornalismo de um formato literário e político, mais presente até meados de 1830, para uma prática comercial em vias de industrialização, com uma expressão massificada verificável pelo amplo aumento das tiragens. Esse período, apontado como segundo jornalismo, põe em cena a figura do profissional especializado, um trabalhador concentrado na divulgação de informações noticiosas, cujo eixo propulsor da produção é o valor de troca. “A atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começava agora a se constituir como grande empresa capitalista” (Ibid.: 20).

É nessa fase que se materializam os princípios fundacionais dessa práxis: notícia como objeto central, busca pelo furo, impessoalidade, noção de serviço público, busca pela verdade... A identidade jornalística se faz presente, também, quando a obrigação de informar em primeira mão se torna o bônus da atividade profissional. Só que “a profissionalização do setor que se estabeleceu como um novo campo de negócios, com monopólios e oligopólios aplacou os anseios mudancistas para tornar-se, ele mesmo, um poder, sobretudo de manutenção do *status quo*” (Figaro, 2014: 25). Conectada ao labor intelectual, nasce um novo campo: o jornalístico (Bourdieu, 1997), capaz de oferecer a um público massificado informações consideradas relevantes para que os indivíduos sejam capazes de se autogovernar (Kovach; Rosenstiel, 2003) em uma sociedade liberal-democrática.

Já o terceiro jornalismo amplifica, para Marcondes Filho (2009), a imprensa monopolista. Os conglomerados de mídia resultam da ampliação desenfreada de recursos publicitários que são disseminados pela era de ouro do capitalismo global (Hobsbawn, 1995) após a II Guerra Mundial. O quarto jornalismo encerra o modelo histórico mostrando que, desde a década de 1970, há o impacto da informação eletrônica e interativa, a crise da imprensa escrita e o surgimento do ecossistema internet. Com pessimismo e uma dose de certo niilismo, Marcondes Filho (2009) aponta a crise do jornalismo como um colapso do humanismo e da falta de ideologias, rescaldo da queda do muro de Berlim e do advento da sociedade neoliberal.

Com o apoio de Lage (2011) podemos sintetizar que o jornalismo nasce de uma necessidade política vital, no bojo das disputas de projetos societários, e se especializa enquanto técnica de uma linha de montagem taylorista, em que os jornalistas são responsáveis por entregar um produto acabado à sociedade

moderna. “Se os séculos XVII e XVIII foram os do jornalismo publicista e o século XIX o do jornalismo educador e sensacionalista, o século XX foi o do jornalista-testemunho” (Ibid.: 21). A informação torna-se essencial à vida das pessoas e, com a chegada de novas tecnologias, multiplicam-se as formas de difusão e elaboração desses conteúdos. O mundo do trabalho do jornalista reconfigura-se enquanto agente passivo e ativo das modificações e tensões do capital, contraditoriamente alterando os valores de troca e de uso dessa mercadoria.

Contudo, é importante não confundirmos a imprensa com o capitalismo, modo de produção que a gerou, visto que, conforme apresentado por Genro Filho (2012), inaugura-se com o jornalismo informativo uma nova modalidade de conhecimento que potencializa as práticas humano-genéricas, mesmo que contraditoriamente possua uma aplicabilidade burguesa. O autor problematiza a análise economicista e funcionalista do jornalismo, que ignora as continuidades e descontinuidades do fenômeno em suas contradições internas. Genro Filho (2012) condena as premissas dessas reflexões, alicerçadas, sem dispositivos de crítica ontológica, à permanência irrevogável do metabolismo do capital, já que essa visão “não consegue, tampouco, equacionar a questão da luta de classes, da hegemonia ideológica das classes dominantes na produção jornalística e das contradições internas desse processo” (Ibid.: 33).

O sistema de reprodução sociometabólico do capital (Mészáros, 2002) produziu em sua historicidade uma necessidade social por informação noticiosa, logicamente acomodada em suas bases econômicas e ideológicas, mas capaz de elaborar, enquanto valor de uso, uma forma nova de conhecer a realidade, ampliando o alcance das relações humanas enquanto gênero (Genro Filho, 2012). Reconhecer essa potencialidade, entretanto, não omite o fato de que as mudanças societárias decorrentes de uma crise profunda permeiam o mundo contemporâneo, algo percebido de forma complementar por Eagleton (2005), Jameson (1998), Harvey (1993) e Mészáros (2002). Um autor mais próximo dos estudos do jornalismo, Wolton (1999) vaticina uma crise da imprensa como parte de uma crise maior cujos condicionantes são econômicos, técnicos e políticos. O papel do jornalista nessa conjuntura é determinante.

Marcondes Filho (2009) vê três fatores que incidem no trabalho jornalístico: o desencanto com o humanismo e com a possibilidade de esclarecimento pela razão; a crise dos metarrelatos das ideologias sociais (uma leitura próxima do pós-modernismo) e o advento da pós-história (um mundo sem inimigos e do sentimento do nada, amplitude de vazio teleológico nietzschiano). A base material que pode ajudar a experienciar esse choque contundente no espírito da época, todavia, deve ser percebida na própria materialidade de desenvolvimento do capital e de suas contradições (Harvey, 2016) bem como na vitória de uma

governamentalidade neoliberal ativada massivamente (Dardot; Laval, 2016). A credibilidade do jornalismo, como prática profissional e serviço público, é incessantemente afetada em tempos de capitalismo flexível.

Diz-se de qualquer fenômeno ou processo que atravessa uma crise quando as formas antigas já não satisfazem ou não correspondem ao novo conteúdo, e vão sendo quebradas, sem que se tenham definido ainda plenamente as novas formas; as crises são, assim, próprias das fases de transição (Sodré, 1999: 391).

Esse momento de crise da sociabilidade moderna afeta a totalidade social, incidindo na práxis jornalística. Distante de crer que há uma estabilidade perene para os profissionais do setor, algo nunca garantido plenamente (Lopes, 2011; Neveau, 2006; Schudson, 2010), vemos que o trabalho do jornalista enfrenta um maremoto, apresentando um novo cenário que permite, dado sua centralidade, cartografar a produção jornalística no século XXI.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CAPITALISMO: PÓS-FORDISMO NAS REDAÇÕES

O século XX foi marcado por transições importantes no modo de produção capitalista. Pelo nosso pouco espaço aqui, seria praticamente impossível apresentar as características principais dessa processualidade. Vale apontar que muitos autores buscaram atualizar a análise de Marx (2013) sobre o capital, tendo destaque os estudos de Mészáros (2002) e Harvey (2016) bem como a reflexão em torno da reestruturação produtiva analisada por autores contemporâneos brasileiros como Braga (2004), Antunes (1999), Frederico e Teixeira (2008) e Alves (2011). Fatos como a recessão dos anos 1970 e a instauração de um novo padrão de acumulação capitalista são destacados por esses pensadores, que colocam as mudanças no mundo do trabalho como decorrentes do novo regime de acumulação flexível.

As transformações das forças produtivas e o papel da tecnologia nesse processo são parte da expansão desse sistema orgânico de reprodução social. “O capital põe a própria produção de riqueza como pressuposto de sua reprodução e, conseqüentemente, o desenvolvimento universal das forças produtivas, a contínua revolução de seus pressupostos existentes” (Marx, 2011: 723). A metáfora de Harvey (2016) sobre o sistema do capital é pertinente: ele é o motor da sociedade em que vivemos, a locomotiva da ordem social.

Pesquisas demonstram que a teoria do valor permanece atual e deslindaram as mutações do capital no final do século passado e início deste, expandindo

o lócus da crítica para a apreensão do papel das tecnologias e de sua relação com a força de trabalho (Fuchs, 2008; Huws, 2013). O jornalista, como parte da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1999) tem passado por um conjunto dessas mudanças. Nesse sentido, Harvey (2016: 102) evidencia o nódulo central dessa contradição:

O controle sobre o processo de trabalho e o trabalhador sempre foi crucial para a capacidade do capital de sustentar a lucratividade e a acumulação de capital. Durante toda sua história, o capital inventou, inovou e adotou formas tecnológicas cujo principal objetivo é melhorar seu controle sobre o trabalho, tanto no processo de trabalho quanto no mercado de trabalho.

A transformação tecnológica, com sua alteração espaço-temporal e ampla deslocalização produtiva, alterou, a partir do fim da década de 1970, a vida social e o mundo do trabalho, fazendo que extratos amplos da população se tornassem descartáveis. O desemprego estrutural e a reestruturação do parque produtivo se somam à ascensão política e ideológica do neoliberalismo, que potencializa a noção de livre-mercado, posição que impacta nos dispositivos regulatórios e no imaginário simbólico dos profissionais, em especial os jornalistas.

O estudo de Fonseca (2005) apresentou uma importante contribuição para entendermos a transição de um modo basicamente taylorista de produção da notícia para o chamado pós-fordismo (também apresentado como toyotismo). Os impactos do rearticulado sociometabolismo do capital podem ser vistos na volatilização e flexibilização do ambiente de trabalho, da prática profissional do jornalista e do próprio produto noticioso. Pode-se dizer também que

a tecnologia imprime seu ritmo e sua lógica às relações de trabalho, definindo os novos profissionais, a nova ética de trabalho, em suma, um outro mundo, que mal deixa entrever os sinais do que se convencionou chamar no passado de “jornalismo” (Marcondes Filho, 2009: 37).

A hegemonia do modelo toyotista de produção intensificou as formas de exploração do trabalho, redimensionando o espectro de expropriação dado pela ordem do capital. “As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio tecnocientífico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo” (Antunes, 1999: 34). As indústrias da mídia passam a perseguir o modelo de multiplicidade de tarefas e de plataformas, exigindo um profissional heterodoxo e multifuncional, parte das inovações organizacionais.

Para manter receita e público no nebuloso cenário das novas mídias, as empresas jornalísticas transformam-se em operadoras de conteúdo, som e imagem para PCs, tablets, celulares etc., além de provedoras de outros serviços tecnológicos. Assim, demandam, na ponta, profissionais multimídia em tempo real e, no topo, executivos que conjuguem informação e marketing para a formatação de novos produtos (Braga; Aguiar; Bergamaschi, 2014: 126)

Há uma evidente reorientação da empresa jornalística, bem como da gestão do trabalho, substituindo formas mais rígidas de linha de montagem por uma lógica flexível que reorganiza o trabalho e as rotinas produtivas. “Na luta econômica implacável que domina todo o setor da comunicação, os jornalistas, apesar dos sorrisos e dos bons discursos, são muitas vezes ‘carne para informação’” (Wolton, 1999: 217). A oligopolização cada vez maior da mídia como parte de um sistema capaz de ampliar o poderio informacional do bloco histórico dominante (Gramsci, 2011) evidencia, em uma mesma processualidade, a readequação do parque produtivo aos seus interesses.

Os conglomerados midiáticos detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas, o que lhes confere proeminência nos processos de produção material e imaterial. A concentração dos processos produtivos e dos esquemas globais de distribuição e comercialização em torno de um punhado de grupos empresariais tem por finalidade garantir o maior domínio possível sobre a cadeia de fabricação, processamento, comercialização e distribuição dos produtos e serviços, ampliando consideravelmente a lucratividade (Moraes, 2016: 111).

Essa tendência de gestação de conglomerados faz parte da concentração de capitais, elemento que – junto com crise do Estado de bem-estar social, aumento das privatizações e da flexibilização do trabalho, ampliação da lógica financeira que se segue à tendencial queda da taxa de lucros – definem o momento de crise. Algumas das mudanças na gestão do trabalho dos jornalistas já ganha relevo na década de 1990, como a entrada dos computadores e da internet nas redações. Com uma marcante expansão desde a década de 1970, os jornais assumem claramente sua vocação enquanto empresa, algo que transparece no *Projeto Folha* dos anos 1980, momento em que a notícia é compreendida efetivamente como uma mercadoria lucrativa. A fase monopolista do capital se expressa na passagem dos anos 1960 para os 1970, quando de fato uma “indústria da consciência” (Enzensberger, 2003) ganha terreno no Brasil.

O final dos anos 1990 coloca em marcha as mudanças advindas da ascensão do modelo flexível de acumulação capitalista. O panorama da globalização de

novas tecnologias promove, junto da mercantilização generalizada dos produtos jornalísticos, fragmentação profissional e múltiplas formas precárias de contratação e remuneração. “O jornalista tem de conhecer a pauta, apurar a informação, redigir o texto e, se necessário, editar a matéria na página pré-desenhada (templates): titular, selecionar fotos, legendar, propor gráficos, ilustrações, etc.” (Fonseca, 2005: 333). As jornadas de trabalho se ampliam com o advento das redes sociais e computadores móveis; o trabalho em ambiente doméstico também se torna presente na produção noticiosa; o freelancer passa a ser o tipo de profissional desejável pelas empresas de comunicação. Os sindicatos perdem seu poder de embate e a categoria profissional (com a perda da obrigatoriedade do diploma) sofre uma convulsão. Como aponta Nonato (2013), os jornalistas são operários da informação, que trabalham muitas horas sem vínculo seguro nas relações trabalhistas, estando, na maior parte dos casos, envolvidos em empresas não necessariamente ligadas à comunicação.

Embora possamos concordar com Deuze e Witschge (2015) que a redação como lócus da investigação do trabalho jornalístico tem perdido a centralidade no momento de flexibilização profissional, não podemos subestimar o controle realizado pelas empresas na gestão do trabalho e também no controle relativamente estável sobre a produção. E mesmo os jornalistas que atuam fora do controle direto dos conglomerados e das empresas, orbitam sobre a influência central da indústria da consciência e, a cabo, dos algoritmos que dominam as redes sociais e os ambientes virtuais. O jornalismo freelance, o empreendedorismo de jovens jornalistas e a precarização geral da profissão são, portanto, mecanismos ativos da crise do jornalismo.

Mesmo autores que questionam a existência dessa crise, como Leal, Jácome e Manna (2014), reconhecem que há uma mudança do modelo em voga. A adesão, contudo, à ideia de uma sociedade molecular *líquida*, em que qualquer projeto racional e universal de mudança societária sai da ordem do dia, prejudica o compromisso com a luta de classes e o papel do jornalismo nesse contexto histórico, perspectiva que também nubla o horizonte teórico de Deuze e Witschge (2015). Isso acontece porque o capitalismo é naturalizado como única sociedade possível (Wood, 1996) e a superfície fenomênica, consideravelmente óbvia de que vivenciamos uma nova experiência de sociabilidade, toma o lugar da essência representada pela dinâmica do capitalismo em tempos de cooperação complexa (Frederico; Teixeira, 2008).

As redes de trabalho jornalístico que existem nesse momento de crise são, para alguns, expressão de uma sociedade pós-industrial (Anderson; Bell; Shirky, 2013). Porém, acreditamos que elas precisam ser investigadas criticamente, para uma real compreensão do jornalismo na contemporaneidade. Para realizar esse

intento, é fundamental se aproximar da atividade de trabalho desses profissionais. Afinal, “o seu trabalho é inseguro, o seu salário é limitado, a confiança da audiência é precária e o seu tempo se estende para além dos limites de um prazo de impressão ou de um horário de transmissão” (Deuze; Witschge, 2015: 22). As tecnologias em vez de ajudarem a atividade laboral, como muitos creem, tem uma aplicabilidade que intensifica a exploração do trabalho, aumentando o espaço de controle sobre o tempo de vida do jornalista. As tecnologias de comunicação e suas distintas aplicações representam o ápice do capitalismo contemporâneo, sendo parte dele.

O poder transformador dessas tecnologias promete mover-nos em direção a uma nova existência social que está superando a antiga. No entanto, de uma perspectiva crítica, a emancipação crítica depende não da transformação das estruturas tecnológicas, mas mais propriamente da transformação dos sistemas políticos e estruturas de poder privado dentro das quais aquelas estão incorporadas (Ampuja, 2015: 65-66).

Ora, toda tecnologia está marcada socialmente e, longe de neutra, dinamiza sociabilidades e enreda formas de produção material. Contraditoriamente, também, como expressões humanas podem possuir potencialidades civilizatórias, mas sob a direção social correta. O mito de uma sociedade apenas norteadas e produzida por avanços tecnológicos, como se, automaticamente, ela fosse sujeito da história, deve ser descartado de qualquer análise concreta do jornalismo contemporâneo.

PRECARIZAÇÃO DO JORNALISTA E O NEOSSUJEITO: A ALIENAÇÃO

Mulheres, brancas, jovens até 35 anos, com curso superior e especializações, que trabalham para vários clientes, atuam em diversas mídias e mantêm vínculos trabalhistas frágeis e precários foi a maioria encontrada em pesquisa do Centro de Comunicação e Trabalho (CPCT) da Universidade de São Paulo (Figaro, 2013). Como quatro em cada dez jornalistas residem e trabalham em São Paulo, percebe-se que há, majoritariamente, características análogas com a totalidade nacional inferida na pesquisa realizada por Mick e Lima (2013). Aparece, nesses dados, um trabalho cuja jornada transita entre as funções de assessor e repórter, em que as atividades são desenvolvidas em plataformas variadas, reféns de mudanças constantes de funções e veículos, expressando claramente as alterações dadas por um processo de mutação no mundo do trabalho. O jornalista torna-se obrigado a assumir um caráter multifuncional nessa nova realidade. A precarização nas relações de trabalho também se evidencia na conformação atual do mercado profissional, com o ônus das responsabilidades pelo produto sendo cada vez mais jogado nas costas do jornalista.

Os dados relativos a formas de contratação, alongamento e “flexibilidade” na jornada, número de empregos acumulados ao longo da carreira e multifuncionalidade parecem reforçar as descobertas dos pesquisadores que observam a precarização do trabalho jornalístico (Mick; Lima, 2013: 88).

Fica perceptível, nas análises de grupos focais de Figaro (2013), a demanda cada vez mais ampla de tarefas exigidas aos jornalistas, chamados constantemente a se adaptarem a situações inusitadas de atuação sobre temas e pautas diferentes, que precisam ser manuseadas para atender uma clientela estabelecida em nichos cada dia mais diversificados. A instabilidade nos vencimentos e pagamentos por horas trabalhadas varia também ao gosto do *patrão*.

Em tal contexto, a ética jornalística e os códigos deontológicos da profissão tornam-se cada vez mais “provisórios” (Costa, 2009) e são manipulados de acordo com o *pedido feito no caixa*. A contradição mais expressiva fica entre os ideais cultivados em torno do papel da informação para cidadania democrática e prática profissional extremamente mercantilizada e precária.

A insegurança marca esse novo momento do trabalhador da notícia. Analisando o discurso de uma freelance, Figaro (2013) demonstra que o profissional da informação se vê voltado à captura incessante de fregueses, direcionando grande parte de seu tempo a negociar a mercadoria força de trabalho. Eles acabam assumindo a função de empregados de si mesmos, sempre atrás de negócios capazes de viabilidade econômica. Mick e Lima (2013) apontam que mais de 40% dos jornalistas trabalham de 8 a 12 horas, sendo que cerca de 5% atua mais de 12 horas por dia. Carteira assinada só para 60% dos profissionais. “A roupa de super-homem não cabe mais no jornalista de hoje. Ele prefere vestir a fantasia da circunstância que lhe permite sobreviver profissionalmente, qualquer que seja o espaço de atuação, no setor público ou privado” (Adghirni, 2012: 77).

As chamadas dramáticas da atividade exploradas por Figaro (2013) com o suporte da ergologia revelam, não obstante, que os profissionais vivenciam a experiência de classe em um processo contraditório de tensões, assimilações, mas também resistências, o que demonstra o peso do mundo do trabalho na elaboração das visões de mundo. As tensões do mercado de trabalho, as expectativas constantemente frustradas em relação à profissão e uma formação universitária sem a densidade intelectual suficiente estão presentes nas narrativas das trajetórias dos jornalistas. O conflito entre valor ideal da profissão e sua prática cotidiana transparece nas falas dos entrevistados, sendo que o lado romântico⁴ da profissão parece perder espaço (Figaro, 2013: 60). Por ser um trabalho de conhecimento (Huws, 2013; Mosco, 2012) o jornalismo, enquanto pôr teleológico secundário, ou seja, materialização de uma prévia ideação voltada

⁴ Trata-se aqui dos pressupostos heroicos da atividade jornalística, entendida como relato imparcial comprometido com o público, um quarto-poder capaz de potencializar formas humanizadas de vida coletiva, em suma, do repórter como um vigia da democracia.

a direcionar a conduta alheia (Lukács, 2013), depende muito da subjetividade desse trabalhador, mas também dos discursos (e práticas) institucionais que têm um peso na construção da notícia em uma rotina produtiva.

De acordo com o relatório de Mick e Lima (2013), a maioria dos jornalistas não é sindicalizada (74,8%), não milita atualmente em organizações e associações (65,6%), mas grande parte se considera de esquerda (25,1%) e centro-esquerda (22,7%), sendo que 30% dos entrevistados não quiseram apontar sua posição no espectro político-ideológico. Rothberg (2010) verificou em sua pesquisa com jornalistas brasileiros que há uma predominante adesão a parâmetros de qualidade jornalística, em que há concordância com a pluralidade de vozes na produção da notícia. Mas também fica fácil perceber que os entrevistados, ao serem questionados sobre a necessidade de ajustar suas matérias às posições políticas dos veículos, não se sentem pressionados, talvez por concordar implicitamente (e via autocensura) com linhas editoriais ideologicamente comprometidas. São 77% de jornalistas que nunca ou raramente se sentem obrigados a assumir a visão de mundo de seus veículos, enquanto 21% é sempre e quase sempre levado a fazê-lo. Os dados demonstram a construção de um tipo de profissional, exigido pelo mercado, mais aderente, quase camaleônico, capaz de vestir a camisa da empresa que o contratou.

Uma profissão com claro preconceito geracional se estabeleceu nos últimos anos, já que 59% dos jornalistas têm até 30 anos (Mick; Lima, 2013). Parece que o exército de reserva abundante e a facilidade em rebaixar salários demitindo antigos repórteres (com plano de carreira dispendioso) incentiva esse comportamento. Outro fator é cultural, uma massa de jovens com formação mais plástica e flexível, inteirados com o uso das mais recentes tecnologias – produtos de um capitalismo hedonista – são aderentes ao novo tipo de jornalismo polivalente. “A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é uma prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais assim como a salários mais baixos na escala profissional” (Adghirni, 2012: 76). Um depoimento coletado por Figaro (2013: 118) em um grupo focal com jornalistas revela essa tendência:

Um menino, de 20 e poucos anos, é exatamente esse produto que colocam no mercado. Um menino que foge da discussão crítica da ética, do jornalismo, porque não tem... Ele saiu da escola, ele não teve essa formação, pode até ter tido uma noção, mas vai pro mercado e entra numa neurose de padrão que não tem...

Embora a despolitização esteja muito calcada na tradição de um conjunto profissional marcado por agentes impessoais e objetivos, resultante do modelo

informativo do jornalista enquanto testemunha dos fatos (Lage, 2011), transpore um novo palco de desideologização oferecido pela reestruturação produtiva e suas transformações na subjetividade, particularizado pela cena toyotista e flexível que se apossa do jornalismo.

O fenômeno do jornalismo sentado torna-se outra variável do trabalho do jornalista hoje. Dependente de assessorias de imprensa, em busca de dados e documentos na rede, cada vez menos o repórter experiencia frontalmente sua pauta. A internet, ao aproximar espaços e dinamizar o tempo, reconfigurou a relação do jornalista com as fontes bem como seu papel enquanto mediador de informações. Nessa volatilidade e cooperação fluída entre diversos agentes, o jornalista se desprende de sua tarefa mais premente de apurar com qualidade a matéria-prima de suas notícias. Cotidianamente atropelado pelo trabalho, já que é acessível 24h, o jornalista não desliga nunca.

As mudanças organizacionais têm ampliado as mediações eletrônicas entre dirigentes e repórteres. Com linhas de comando flexíveis, a noção de liberdade dada ao produtor individual é realçada como uma maior possibilidade de livre ação. “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam” (Sennett, 2009: 54). A quebra das rotinas e a aparente autonomia dada ao jornalista agudizam, do ponto de vista subjetivo, a captura da subjetividade do trabalhador (Alves, 2011), ou seja, um modo particular de controle da consciência auxiliado pelas tecnologias. Em depoimento dado à Figaro (2013), uma “jornalista que trabalha em casa” demonstra sonhar com o trabalho em uma redação e o registro em carteira, visto que seu horário de atuação profissional é ilimitado, com ritmo acelerado e horizonte sem perspectivas garantidas. Essa trabalhadora conseguiu compreender os malefícios em ser uma freelance, desfazendo o mito da liberdade individual do consumo e do prazer ampliado, o que é uma clara forma de controle da subjetividade desses profissionais.

O novo espírito do capitalismo recuperou triunfantemente a retórica igualitária e anti-hierárquica de 1968, apresentando-se como uma revolta libertária bem-sucedida contra as organizações sociais opressoras, características do capitalismo corporativo do socialismo real; um novo espírito libertário sintetizado por capitalistas que usam roupa esporte e são “legais”, como Bill Gates e os criadores dos sorvetes Ben & Jerrys (Žižek, 2011: 56).

Trabalho e vida doméstica; diversão e tarefas; entretenimento e produção se mesclam, gerando problemas na subjetividade que, muitas vezes, comprometem

a saúde mental dos jornalistas cujo maior sintoma é o estresse. Há, segundo Heloani (2006:), uma naturalização da deterioração da qualidade de vida no trabalho. Em pesquisa com 44 jornalistas de São Paulo, ele concluiu que

as práticas organizacionais trouxeram, como efeito colateral danoso, não apenas a corrosão de certos valores básicos, mas, principalmente, a cisão da ideia de qualidade de vida e excelência no trabalho. Assim, a felicidade é sempre postergada, e, em decorrência disso, também o tempo para a família, para os filhos, para o lazer e para o amor. Alguns chegam a alegar que fora do ambiente de trabalho só fazem o imprescindível, faltando tempo para namorar (Ibid.: 194).

A crise do mundo do trabalho global cujas particularidades são vivenciadas pelo jornalista casa com as transformações operadas no interior da sociedade capitalista, da qual o receituário do neoliberalismo apresentou-se como uma nova forma de racionalidade global capaz de direcionar os trabalhadores à noção de empreendedores de si mesmos cujo sucesso e fracasso parecem ser determinados unicamente pelo esforço individual. “A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização” (Dardot; Laval, 2016: 363). A personalidade do indivíduo passa por uma corrosão, ele torna-se um neossujeito, entificação singular de racionalidade neoliberal cujo ambiente de relações sociais é substituído pela soma de transações pontuais. Essa fragmentação da personalidade adequa-se a um tipo de capitalismo de curto prazo, que desenvolveu em seus mecanismos exploratórios a capacidade de comandar o desejo. O espírito da concorrência, que se apropria de uma lógica próxima das competições esportivas, como metaforiza Dardot e Laval (2016), está presente na nova racionalidade técnica, em que o trabalhador governa a si mesmo dentro de um quadro de interiorização de coerções. “Ser ‘empreendedor de si mesmo’ significa conseguir ser o instrumento ótimo de seu próprio sucesso social e profissional” (Ibid.: 350).

Impossível aqui fugir do conceito de alienação, pois os jornalistas isolados, instrumentalizados, individualizados, em constante competição e concorrência (enquanto produtos de valor de troca) são reduzidos a fragmentos em uma divisão do trabalho global cada vez mais corrosiva. A lucratividade do capital se dá “a custa do bem-estar mental, emocional e físico dos trabalhadores que ele emprega” (Harvey, 2016: 121). A vitória dos processos dados pela reestruturação produtiva, com a inserção de rotinas flexibilizadas e o desenho de uma nova cartografia da classe trabalhadora, consagrada no modelo toyotista, ampliam também os processos estranhados na mentalidade dos sujeitos.

A atividade é atividade alienada quando assume a forma de uma separação ou oposição entre “meios” e “fim”, entre “vida pública” e “vida privada”, entre “ser” e “ter”, e entre “fazer” e “pensar”. Nessa oposição alienada, “vida pública”, “ser” e “fazer” se tornam subordinados como simples meios para o fim alienado da “vida privada” (“gozo privado”), do “ter”, e do “pensar” (Mészáros, 2005: 167-168).

Essa alienação da subjetividade é também, como explicitada na leitura marxista, uma alienação da objetividade produzida, exteriorizada, entendida aqui como a produção noticiosa. Mesmo em processos em que o jornalismo não se adere a instituições monolíticas, ao assumir-se como empreendedor e homem-empresa os repórteres em atividade têm aderido a formas estranhadas de práxis noticiosa, como a ampliação de infotimento, o emotivismo vulgar, a singularização excessiva gerada pela hegemonia do tempo imediato e o desvio de funções críticas, como apresentar as contradições sociais dos sistemas econômicos e políticos. A crise da modernidade de que falamos anteriormente encontra seu corolário na crise do trabalho profissional do jornalista – um neossujeito em busca de ganhos e renda, lutando pela sobrevivência em um habitat organizado pelos ditames da acumulação flexível.

A degradação da relação do homem com o mundo material e dele com os próprios homens, bem como com seu gênero, a humanidade, implica um desolador paradigma global do sistema sociometabólico em crise que ataca, sem obstáculos perceptíveis, o mundo do trabalho do jornalista. Este, como mediação fundamental da vida social, passa, portanto, por um impasse. O jornalismo como forma de conhecimento sofre um terremoto, pois com a crise dos sujeitos que elaboram as notícias cimenta-se a crise de seu valor, gerando incertezas sobre esse tipo de prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do metabolismo social em sua totalidade afeta de forma substantiva o mundo do trabalho. Os jornalistas, reféns dessas mudanças, têm se tornado operadores extremamente precários de formas de produção noticiosas abaladas pelo novo mecanismo de extração de mais-valia global, o capitalismo em tempos de informatização tecnológica. Como muitas outras profissões, alteradas e muitas vezes extintas por novas forças produtivas, o jornalismo tem se tornado uma prática fragmentada e instável, sendo que o empreendedorismo individualizado neoliberal afeta tanto sua subjetividade e seus projetos profissionais quanto o papel da informação jornalística na sociabilidade hegemônica.

As mudanças tecnológicas aguçaram a publicização coletivamente produzida de informações factuais. A exclusividade do jornalismo enquanto divulgador

dos aspectos singulares da realidade diminui, nesse sentido, com a entrada avassaladora de novos personagens em cena. Ganha espaço nas mídias agentes que vão dos chamados *prosumers*⁵ (prosumidores: produtores/consumidores) até cidadãos testemunhas, aqueles que, com um smartphone na mão, expõem fatos cotidianos nas redes sociais. Todavia, essa informação raramente consegue transcender o real imediato, colaborando pouco para cumprir a missão do jornalista enquanto produtor de conhecimento.

⁵ O termo caracteriza o novo perfil dos usuários das redes, consumidor que deixou de ser passivo e é um potencial produtor de conteúdos. Mais detalhes em Ramonet (2012).

Nessa crise do campo jornalístico aparecem feições contraditórias relacionadas à ampliação de canais comunicativos para uma diversidade de sujeitos e a fragilidade ideológica desse uso, visto que as inovações tecnológicas jamais são criadas sem a marca de classe que as direcionam. Por outro lado, uma morfologia fragmentada e gelatinosa do trabalho do jornalista implica dificuldades materiais na elaboração de um jornalismo esclarecido, “contra os fatos” (Moretzsohn, 2007), dado que um profissional cada dia mais enfraquecido e sem solidariedade de classe tende a sucumbir ao comando dos interesses políticos hegemônicos. É fato também que a racionalidade neoliberal se aproveita do momento histórico de incertezas para ampliar sua influência, ganhando terreno na visão de mundo dos jornalistas.

O axioma da crise se expressa também nas disputas de poder em torno de sua direção, visto que no bojo da luta de classes, seus impactos positivos são apropriados pelos detentores das forças produtivas. Em contexto de crise, o bloco histórico dominante espacializa sua posição, reelaborando regras, readequando as formas de controle sobre as redações, barateando o custo da força de trabalho, reduzindo gastos com direitos conquistados pelos assalariados e desmontando as estruturas de resistência dos jornalistas. Um setor profissional já desestruturado pela competição desenfreada encontra solo fértil na ausência de consciência crítica por parte dos próprios repórteres. As expressões contraditórias de vários níveis de influência, como o sistema econômico e social, as organizações e as rotinas produtivas eclodem na esfera do trabalho do jornalista, problematizando o atual campo como uma arena de mutações em movimento incessante.

Buscamos, por meio de um olhar sobre o eixo da produção jornalística, compreender alguns aspectos que incidem no desenho da propalada crise. Reflexões em torno da circulação dessa mercadoria, o que envolveria ampliar o estudo sobre o potencial dessa narrativa e o atual panorama do tipo de receptor de notícias que predomina em nossas sociedades, também são fundamentais para a explicitação totalizante de uma ontologia do jornalismo. Todavia, dado que a particularidade da práxis noticiosa jamais pode ser retirada do panorama global de uma crise sistêmica, que afeta produção-circulação-recepção, e aceitando que o local da produção é determinante na existência concreta dos sentidos jornalísticos, acredita-se que explorar as contradições do trabalho do repórter evidencie a gama de problemas

que devemos enfrentar na luta por um jornalismo crítico-emancipatório. A práxis noticiosa transformadora jamais será produto de uma sociedade que abandonou a emancipação dos indivíduos, mas sim uma das armas necessárias a seu fim.

O jornalismo de Marx fornece um exemplo central de sua práxis, a unidade da teoria e da prática animou sua vida. Também está cheio de exemplos do que o jornalismo pode ser quando ele sobe acima das convenções que às vezes contribuem para uma boa escrita, mas muitas vezes tornam difícil a prática dos princípios que guiaram seu trabalho. Estes incluem um compromisso total, independentemente do custo, para a liberdade de expressão e oposição à censura, crença completa no jornalismo como uma vocação política e um foco implacável nas principais questões que o mundo enfrenta⁶ (Mosco, 2012: 575).

Um jornalismo renovado implica, no espírito de Marx, uma luta efetiva para dar visibilidade aos problemas críticos do mundo, supressando-se como algo maior do que uma profissão ou ofício, mas como uma práxis emancipatória cuja vocação é superar as contradições da ordem do capital.

Experimentos coletivos de produção de informação noticiosa crítica aos processos de estranhamento e fetichização do sistema metabólico de reprodução social vigente, bem como iniciativas contra-hegemônicas de produção jornalística, são centelhas desse horizonte necessário. Contudo, sem a organização dos sujeitos capazes de promover materialmente as saídas humanas para os processos de aviltamento e exploração dados pela barbárie social, nenhum processo de transformação poderá se sustentar. O jornalismo pode e deve estar ao lado de movimentos sociais alternativos, sendo, ele mesmo, um possível laboratório progressista de ideias transformadoras capazes de incidir no esclarecimento amplo da necessidade da luta. ■

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Z. L. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona turbulenta. In: PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O.; ADGHIRNI, Z. L. (Orgs.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 61-79.
- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- AMPUJA, M. A sociedade em rede, o cosmopolitismo e o “sublime digital”: reflexões sobre como a história tem sido esquecida na teoria social contemporânea. *Revista Parágrafo*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 55-67, jan./jun. 2015.

⁶ No original: “Marx’s journalism provides a central example of his praxis, the unity of theory and practice, that animated his life. It is also full of examples of what journalism can be when it rises above the conventions that sometimes contribute to good writing but often make it difficult to practice the principles that guided his work. These include complete commitment, whatever the cost, to freedom of expression and opposition to censorship, complete belief in journalism as a political calling, and an unrelenting focus on the major issues facing the world”.

- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 30-89, abr./jun. 2013.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRAGA, A.; AGUIAR, L.; BERGAMASCHI, M. O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 111-132, jan./jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-58442014000100006>.
- BRAGA, R. O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, São Carlos, v. 6, n. 3, p. 48-54, set./dez. 2004.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.
- COSTA, C. T. Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DEUZE, M.; WITSCHGE, T. Além do jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, Bauru, v. 2, n. 4, p. 1-31, jul./dez. 2015.
- _____. O que o jornalismo está se tornando. *Revista Parágrafo*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2016.
- EAGLETON, T. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ENZENSBERGER, H. M. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. São Paulo: Conrad Editora, 2003.
- FIGARO, R. (Org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.
- _____. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. *Revista Parágrafo*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 23-37, jul./dez. 2014.
- FONSECA, V. P. S. *O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global*. 2005. 350 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FREDERICO, C.; TEIXEIRA, F. *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2008.
- FUCHS, C. *Internet and society: social theory in the information age*. New York: Routledge, 2008.
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

- GRAMSCI, A. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Organização Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- HELOANI, R. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. *Interações*, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 171-198, jul./dez. 2006.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUWS, U. Mundo material: o mito da economia imaterial. *Revista Outubro*, [S.l.], v. 21, p. 15-53, 2013.
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1998.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- LEAL, B. S.; JÁCOME, P.; MANNA, N. A “crise” do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. *Revista Líbero*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 145-154, jul./dez. 2014.
- LOPES, F. L. Jornalismo e suas crises: um olhar sobre as questões da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil. *Cies e-Working Papers*, Lisboa, n. 107, 2011.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARCONDES FILHO, C. *Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões*. São Paulo: Paulus, 2009.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MICK, J.; LIMA, S. *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MORAES, D. *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- MORETZSOHN, S. *Pensando contra os fatos jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MOSCO, V. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. *Comunicação e Sociedade 1*, Braga, v. 12, n. 1-2, p. 97-120, 1999.
- _____. Marx is back, but which one? On knowledge labour and media practice. *triple C*, Londres, v. 10, n. 2, p. 570-576, 2012.

- NEVEAU, É. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.
- NONATO, C. O perfil diferenciado dos jornalistas associados ao Sindicato de São Paulo. In: FIGARO, R. *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 143-202.
- PONTES, F. S. *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015.
- RAMONET, I. *A explosão do jornalismo: das mídias de massas à massa de mídias*. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.
- ROTHBERG, D. Jornalistas e suas visões sobre qualidade: teoria e pesquisa no contexto dos “Indicadores de desenvolvimento da mídia” da Unesco. *Série Debates CI*, Brasília, DF, n. 4, nov. 2010.
- SALAVERRÍA, R. Mídia e jornalistas, um futuro em comum? *Revista Parágrafo*, São Paulo, v.1, n. 3, p. 79-83, jan./jun. 2015.
- SCHUDSON, M. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SENNET, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Editora Record, 2009.
- SERRANO, P. Outro jornalismo possível na internet. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Faperj; 2013. p.145-182.
- SHOEMAKER, P. J., VOS, T. P. *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.
- WAYNE, M. *Marxism and media studies: key concepts and contemporary trends*. Londres: Pluto Press, 2003.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Miraflores: Difel, 1999.
- WOOD, E. M. Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 1, n. 3, p.118-127, 1996.
- ŽIŽEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

Artigo recebido em 17 de julho de 2017 e aprovado em 1º de novembro de 2017.